

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 684.015 - RS (2015/0074840-6)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : ARMANDO VALLANDRO**  
**EMBARGANTE : CONCHITA SOUZA CABISTANI**  
**EMBARGANTE : CYRO MELO SCHMITZ**  
**EMBARGANTE : DATILO RIBEIRO DA SILVEIRA**  
**EMBARGANTE : DINA DE SOUZA MARTINS**  
**EMBARGANTE : EDUARDO GUIMARAES DE SOUSA**  
**EMBARGANTE : ELIZABETE PICADA EMANUELLI**  
**EMBARGANTE : ELOISA ANTUNES MACIEL**  
**EMBARGANTE : ELOISA BENDER PADOIN**  
**EMBARGANTE : ERNESTO RUBENS CALO WAYNE**  
**EMBARGANTE : GLENIO LOPES DOS SANTOS**  
**EMBARGANTE : HUGO AURELIO BECKER AMARAL**  
**EMBARGANTE : IEDA VALCI GALLINA KROB**  
**EMBARGANTE : IRINEU MAGNAGO**  
**EMBARGANTE : JOÃO CARLOS GAUER LOPES DA SILVEIRA**  
**EMBARGANTE : MANOEL MELLO VIANNA**  
**EMBARGANTE : OSMAR ARMANDO POHL**  
**EMBARGANTE : PARAGUASSU ANTONIO PASCOTTO NOTHEN**  
**EMBARGANTE : RENATE MATHILDE DREWS**  
**EMBARGANTE : RUTE TEREZINHA FAVERZANI MAGNAGO**  
**ADVOGADO : LUCIANA INES RAMBO - RS052887**  
**EMBARGADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM**

## **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por ARMANDO VALLANDRO e OUTROS, a decisão de minha lavra, que conheceu do Agravo para dar parcial provimento ao Recurso Especial, "a fim de determinar a reinclusão da verba honorária sucumbencial referente aos autores que optaram pela execução de seus créditos na ação coletiva" (fls. 873/880e).

Nas razões dos Embargos de Declaração (fls. 883/885e), a parte embargante sustenta omissão na decisão embargada, eis que:

"Entretanto, mesmo com o acolhimento do pedido dos ora embargantes, a decisão não se manifestou acerca da necessidade de redistribuição da verba honorária fixada nos embargos à execução.

Cumprir destacar que o presente recurso especial foi interposto em face de acórdão que manteve a sentença de parcial procedência dos embargos à execução opostos pela UFSM, para determinar que a execução prossiga pelo valor de R\$ 283.533,41, sendo R\$ 257.751,72

# *Superior Tribunal de Justiça*

a título de principal, e R\$ 25.775,17, como honorários advocatícios, e R\$ 6,52 a título de custas processuais, atualizado até julho de 2002.

Nesse passo, a sentença que julgou os embargos à execução, e que foi mantida pelo acórdão regional, reconheceu a sucumbência recíproca das partes, nos termos da seguinte ementa:

(...)

Assim, com o provimento do recurso especial em tela, se faz necessária a redistribuição da sucumbência, COM A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS a serem suportados, exclusivamente, pela UFSM, em sede embargos à execução" (fls. 883/884e).

Os Embargos de Declaração merecem acolhimento.

**In casu**, trata-se de Embargos à Execução, opostos pela Universidade Federal de Santa Maria, em que alega excesso de execução, referente à correção monetária, bem como pugna pela exclusão do **quantum** do valor executado a título de honorários advocatícios dos exequentes que optaram por receber seus créditos em outra demanda.

Registre-se que "a execução foi promovida no valor de R\$ 300.521,74 (trezentos mil, quinhentos e vinte e um reais e setenta e quatro centavos), sendo R\$ 267.849,76 (duzentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos) a título de principal, incluindo correção monetária e juros, R\$ 26.784,98 (vinte e seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos) a título de honorários de sucumbência e R\$ 5.887,01 (cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e um centavo) a título de honorários referentes aos Autores que optaram por executar seus créditos em outra demanda. Para tanto, os Exequentes fizeram incidir juros de mora na base de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, a contar da citação, e para correção monetária do débito, utilizaram os índices da UFIR, até 31.12.1999, e a partir de janeiro de 2000, o IPCA-E. Tais valores foram corrigidos até a data de 31.07.2002" (fl. 575e).

A sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos, formulados nos embargos, "para determinar que a execução prossiga pelo valor de R\$ 283.533,41 (duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos), sendo R\$ 257.751,72 (duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e setenta e dois centavos) a título de principal, R\$ 25.775,17 (vinte e cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos), como honorários advocatícios, e R\$ 6,52 (seis reais e cinquenta e dois centavos) a título de custas processuais, atualizado até julho de 2002", fixando "os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa destes embargos. Considerando a sucumbência recíproca, em valores muito próximos, condeno as partes ao respectivo ônus, declarando-os compensados, forte o disposto no art. 21, caput, do CPC" (fls. 573/583e).

# *Superior Tribunal de Justiça*

O Tribunal de origem manteve a sentença, consignando que, "verificada a sucumbência recíproca impõe-se que os consectários da sucumbência sejam recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados, nos termos do art. 21 do CPC" (fls. 709/711e).

De fato, ao dar parcial provimento ao Recurso Especial dos advogados exequentes, tão somente quanto aos honorários advocatícios referentes aos autores que optaram pela execução dos créditos em outra ação, a decisão embargada não se manifestou sobre ônus de sucumbência.

Ante o exposto, **acolho** os Embargos de Declaração, apenas para acrescentar que, mesmo provido o Recurso Especial, em ainda havendo sucumbência recíproca das partes, devem ser mantidos os honorários advocatícios como fixados nos embargos à execução.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora